

Cenário das práticas digitais infantis: um estudo baseado na teoria da prática e na mediação parental¹

Wilton Rafael de ANDRADE JÚNIOR²
Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB

Diogo Lopes de OLIVEIRA³
Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o cenário social das práticas digitais infantis, com a finalidade de compreender como esse panorama passa a interferir e contribuir para o desenvolvimento e socialização da criança com o ambiente hipermediático dos dispositivos tecnológicos e da Internet, em cinco núcleos familiares paraibanos. Foram analisados relatórios quantitativos, visando estabelecer as correlações entre: (i.) a compreensão conceitual acerca do sujeito social criança; (ii.) o papel da mediação parental nesse processo e (iii.) o contexto das tecnologias digitais. Como resultado, foi possível categorizar seis pacotes de práticas: tecnológicas, de entretenimento, de interação, de comunicação a distância, socioeducativas e, por fim, de mediação e monitoramento. A partir dos resultados é possível desdobrar esse trabalho em pesquisas que foquem nas práticas digitais escolares.

PALAVRAS-CHAVE: práticas digitais; primeira infância; mediação parental; tecnologias digitais; teoria da prática.

1. Percepções iniciais sobre a infância e as tecnologias

O cotidiano infantil das crianças urbanas é permeado pelo uso das tecnologias digitais. Logo, os *digitods*⁴ são marcados pelo advento dos dispositivos *touchscreen*, especialmente a partir do *iPhone*, como afirmam Summers *et al* (2013) e Holloway *et al* (2015). Kenski (2007, p. 21), em sua máxima, assegura que o ser humano “transita culturalmente mediado pelas tecnologias que lhe são contemporâneas. Elas transformam sua maneira de pensar, sentir, agir”. Para esta autora, as Tecnologias da Informação e

¹ Trabalho apresentado no GP 4 - Comunicação e Educação, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGC) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e-mail: wwdeandrade@gmail.com.

³ Doutor em Comunicação Pública pela Universitat Pompeu Fabra (UPF-Barcelona), professor do curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba (PPGC/UFPB), e-mail: diogo.lopes@professor.ufcg.edu.br

⁴ *Digitods*, este é um termo que se refere à geração nativa, ou residente, da Cultura Digital. Essa geração é marcada pelo surgimento dos ecrãs portáteis, dispositivos *touchscreen* diversos, tendo destaque para o *iPhone*. Os *digitods* são perpassados pela tecnologia *mobile*, nascendo sob o status do sujeito ubíquo (SANTAELLA, 2010).

Comunicação (TICs) extrapolam sua inerente funcionalidade técnica. Isso porque, de acordo com seu prisma de análise, as tecnologias “têm suas próprias lógicas, suas linguagens e maneiras particulares de comunicar-se com as capacidades perceptivas, emocionais, cognitivas, intuitivas e comunicativas das pessoas” (KENSKI, 2007, p. 38). Mas como esse envolvimento precoce, socialmente naturalizado, entre as crianças e o universo digital têm afetado as suas práticas diárias? Como o contexto parental pode influenciar essa relação da criança com os dispositivos tecnológicos? Essas são as perguntas que norteiam o desenvolvimento deste trabalho científico, pois o que se busca é a compreensão dessas lógicas, apontadas por Kenski (2007), e que são inerentes ao uso das tecnologias pelas crianças, especialmente na primeira infância, público-alvo deste trabalho acadêmico.

Inicialmente, para a compreensão das práticas digitais infantis e a sua pertinência quanto ao fenômeno comunicacional, é necessário entender como se dá a percepção conceitual acerca da criança como sujeito social. Ao longo do tempo, a forma como a criança é percebida socialmente foi se modificando. Para Frabboni (1998), a história da infância pode ser dividida em três distintas fases: (i.) a infância negada, que pode ser encarada como a criança adulta. Esse período, dá-se até por volta do século XV. Nessa classificação, as crianças não eram valorizadas como tais, sendo inseridas no mundo adulto de forma precipitada e precoce; (ii.) a infância industrializada, marcada pelas revoluções que ocorreram entre os séculos XVI a XVIII. A principal característica desse momento foi o incentivo à escolarização do indivíduo; (iii.) a criança de direitos, modelo que prevalece atualmente e consiste no reconhecimento da criança como um sujeito social.

Ariès (1981), descreve em detalhes as fases da construção histórica infantil. Para ele, até aproximadamente o século XV, período que marca a primeira fase, a arte desconhecia as crianças, transformando-as em miniaturas dos adultos. Assim sendo, para o autor, tal conduta demonstra a falta de espaço social para os mais novos. Quando uma criança chegava aos sete anos, ela já era incorporada ao mundo adulto, tendo como finalidade o desenvolvimento de uma profissão que iria exercer até à maturidade. Nesse momento, as escolas eram destinadas aos clérigos e não possuíam a função de instruir as crianças.

A segunda fase, conforme Airès (1981), tem como principal característica a lenta e gradual mudança na postura que os religiosos e educadores passam a ter frente à criança.

A criança é vista como algo frágil e que precisa de proteção. Essa etapa histórica é marcada pelo pensamento moralista, recorrente no século XVI. É também nessa etapa que se tem o início das escolas voltadas para crianças, objetivando a preparação para a fase adulta. O regime escolar era severo, muitas vezes funcionando como internatos.

Na terceira fase, o pensamento comum e consolidado é que toda criança precisa de proteção. O marco dessa fase, segundo Ariès (1981), é o desenvolvimento das novas ciências: a psicologia, a pedagogia e a psicanálise. A partir das discussões presentes nessas áreas, chega-se à conclusão comum de que a qualidade da infância impacta diretamente no desenvolvimento humano daquele indivíduo. É nessa fase que a criança é vista como um sujeito integrante da sociedade, com características, necessidades e direitos voltados para elas especificamente.

2. A infância no cenário brasileiro

Ao refletir sobre o cenário brasileiro dos direitos infantis, o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998, p. 21), afirma que a criança é “um sujeito social e histórico e que faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico”. Deste modo, a compreensão e o estudo acerca de seu fazer e do existir infantil no mundo permitem o aprofundamento das marcas culturais que estão latentes às práticas sociais. Isso porque a criança “é profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também o marca. A criança tem na família, biológica ou não, um ponto de referência fundamental” (*Ibid.*, p.21), mesmo que não se descarte a multiplicidade das interações que elas podem estabelecer com as demais instituições sociais, o contexto parental é a base das interações no desenvolvimento infantil.

Com isso, pode-se afirmar que cada contexto social produzirá sua concepção de criança e definirá o papel a ser desempenhado por esse sujeito. Em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010, p. 12), a criança é observada como um “um sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos” sobre os múltiplos aspectos da natureza e da sociedade. Sendo elas agentes ativos na produção da cultura e responsáveis pela difusão das práticas sociais, como aponta o conceito de agência presente em Weenink e Spaargaren (2016). Para eles, a

agência é vista como um conjunto de elementos, tais como entendimentos, regras e práticas que são perpassadas por processos de socialização dos agentes humanos. Atualmente, no âmbito da cultura digital, esse agente humano passa a integrar e transitar em múltiplos ambientes e espaços da vida social desde a tenra infância. As TICs permitem que o sujeito viva em um verdadeiro ecossistema hipermidiático de fluxo contínuo e ubíquo, de acordo com as reflexões teóricas de Santaella (2010).

Pensar sobre a infância no Brasil, é ter em mente a disparidade socioeconômica vivenciada no contexto nacional. Logo, quando se fala em infância não podem ser deixados de lado fatores como etnia, situação econômica, diferenças socioculturais, dentre outros elementos, pois eles vão interferir diretamente na constituição e no entendimento sobre a criança. “Por essa razão, não existe apenas uma infância, mas infâncias que vão sendo construídas a partir de elementos culturais e históricos” (FRANCISCO; SILVA, 2015, p. 281).

Livingstone (2016), pesquisadora do projeto *Global Kids Online* e referência nos estudos da mediação parental, apresenta dados importantes em seu guia de métodos⁵ para estudos com crianças. Segundo a autora, contextualizando o cenário global da infância e adolescência, estima-se que a população global de crianças e adolescentes entre 0 e 17 anos é de mais de dois bilhões. Nos índices que a autora apresenta, a população de crianças na faixa etária entre 0 e 4 anos é mais de 642 milhões e entre 5 e 10 anos ultrapassa os 726 milhões. Esses dados contextualizam a fatia do público infantil e justificam a urgência de estudos voltados para as práticas digitais infantis, objetivando a compreensão de tais práticas e os possíveis impactos que elas podem causar no cenário comunicacional das relações sociais. Descrever esses comportamentos permitirá identificar os padrões recorrentes das crianças no uso das tecnologias digitais e da mediação parental exercida pelos pais em seus núcleos familiares, possibilitando a captura dessas vivências nesse momento histórico contemporâneo proveniente da pandemia de COVID-19.

A Fundação Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (2020) traz indicadores que contextualizam a conjuntura nacional. Segundo seu relatório, a população de indivíduos entre 0 e 19 anos supera a marca de 69 milhões, dos quais 81,7% residem

⁵ “**Method Guide 1:** a framework for researching Global Kids Online, understanding children’s well-being and rights in the digital age” (LIVINGSTONE, 2016). Consistem em um conjunto de ferramentas que visam a facilitar o trabalho de pesquisa acerca da infância e seu acesso à internet através dos dispositivos móveis, apresentando a estrutura do projeto de pesquisa *Global Kids Online*.

na cidade e 18,3% estão na zona rural. A região Nordeste, segundo a Fundação Abrinq (2020), possui uma população de 20.689.494 milhões de pessoas entre 0 e 19 anos, correspondendo a 36,3% de sua população geral. Dentre essas pessoas, 14.459.590 estão na cidade e 6.229.904 estão na zona rural.

3. A infância na Paraíba

Já na Paraíba, recorte geográfico do estudo, de acordo com os dados publicados pelo IBGE (2020), o estado possui uma população de crianças entre 0 e 4 anos de 290.101, que correspondem a 7,21%. Já entre 5 e 9 anos o número de crianças é de 317.087 (7,89%). Tais índices correspondem ao total de 15,1% da população do estado (IBGE, 2020). Conforme a Lei Nº 13.257/2016, “considera-se primeira infância o período que abrange os primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança” (PLANALTO, 2020). A pesquisa tem como foco crianças na faixa etária de 3 a 6 anos. Esse recorte etário corresponde à fase que Wallon (2007) designa como personalização. Segundo o autor, todo o aparelho cognitivo da criança está voltado para o desenvolvimento de sua identidade. Wallon (2007) ainda aponta uma dicotomia nessa fase, pois ao mesmo tempo em que a criança quer se afirmar enquanto sujeito, ela também passa a copiar os adultos que a cercam, visando à inserção e aceitação em seu seio social.

Para este trabalho, o recorte espacial é o estado da Paraíba, unidade federativa que faz parte da região nordeste e conta com 223 municípios. Os focos são cinco núcleos familiares pertencentes à classe trabalhadora das cidades de João Pessoa e Campina Grande, os maiores centros populacionais do estado, com população estimada em 817 mil pessoas e 411 mil pessoas, respectivamente (IBGE, 2020). A Paraíba, em concordância com os dados publicados pela Anatel (2020a), obteve um bom crescimento na contratação de internet banda larga, com o índice de 15,2% em relação a 2018. Mas, mesmo assim, o estado ainda apresenta um dos números mais baixos na distribuição de banda larga fixa do país, ocupando a 17ª posição no ranking dos números de acesso por densidade populacional, correspondendo a 1,6% de todo o Brasil, contendo 1,1% dos acessos totais do país. Dentre os acessos de banda larga na Paraíba, os dados são os seguintes: 53,4% contam com a tecnologia de fibra óptica; 17,8% são feitos via cabos metálicos; 17,6% possuem cabo coaxial; e 9,6% fazem uso da internet via rádio (ANATEL, 2020c). Entre os anos de 2016 e 2019, os domicílios paraibanos com acesso à Internet passaram de 60,7%, para 76,7%, o que corresponde ao terceiro maior índice do nordeste. O dispositivo

mais utilizado para fazer esse acesso é o telefone móvel celular, ou *smartphone*, com o índice de 99,5%, seguido pelo computador ou tablet, 35,9% e por fim, a televisão, *Smart TV*, com a marca de 26,5%. Já o funcionamento do serviço de rede móvel, para telefonia ou internet é de 88,3% (IBGE, 2021).

O estado da Paraíba, no contexto da telefonia móvel, ocupa a 21ª posição no ranking de acesso a este serviço. Isso aponta quanto o estado é precário e precisa se desenvolver, democratizando tais tecnologias. O relatório da Anatel (2020d) aponta que 66,67% dos usuários utilizam a telefonia móvel 4G; 17,49% fazem uso da tecnologia 3G e 15,84% da 2G. O relatório da Anatel ainda não apresentou nenhum dado sobre a tecnologia 5G. Mediante esta falta de informação, a pesquisa não centra seu olhar nessa tecnologia, mas percebe que este pode ser um ponto para estudos futuros.

Diante do cenário social marcado pela pandemia da COVID-19, a Anatel (2020b) realizou um estudo sobre os impactos dessa conjuntura nos serviços de telecomunicações no Brasil. De acordo com os dados apontados pelo órgão, a taxa de tráfego de dados das redes fixa e móvel aumentou em 33,9% e manteve esse número desde então. Esse fato social comprova quanto o contexto sociocultural de um dado momento histórico e as materialidades que o envolvem caminham lado a lado na tessitura dos acontecimentos sociais, influenciando-os mutuamente, conforme as contribuições de Schatzki (2019). Esses dados aqui expostos, compõem o que pode ser compreendido como a uma parte da dimensão material da Teoria da Prática, de acordo com Shove, Pantzar, Watson, (2012).

4. A presença infantil no ambiente digital

Sobre a conduta das crianças nas práticas digitais, a UNICEF (2017), em seu relatório anual, abordou a temática do uso das tecnologias digitais por crianças e adolescentes ao redor do planeta, apontando os diversos cenários econômicos e as dificuldades que os menos favorecidos enfrentam ao lidar com o avanço tecnológico. Muitas vezes por não terem acesso a tais recursos, e mesmo quando se tem, ainda há várias limitações, prejudicando as oportunidades de crescimento e desenvolvimento pessoal na infância e adolescência. Nesse relatório, a instituição ainda trouxe uma série de ações prioritárias e recomendações práticas para o melhor proveito do uso da internet por crianças, especialmente aquelas que se encontram em contextos de vulnerabilidade socioeconômica, visando à proteção na utilização da conexão em rede. Essas ações prioritárias são baseadas em seis princípios éticos: (1.) fornecer a todas as crianças acesso

a recursos *online* de alta qualidade; (2.) proteger as crianças contra danos *online*; (3.) proteger a privacidade das crianças; (4.) ensinar alfabetização digital para manter as crianças informadas, engajadas e seguras *online*; (5.) alavancar o poder do setor privado para promover padrões e práticas éticas que protejam e beneficiem as crianças *online*; e (6.) colocar as crianças no centro da política digital (*Ibid.*, 2017).

Nessa direção, Bernal *et al* (2020), apresentam uma série de recomendações para a segurança das crianças no ambiente *online*. Para as autoras, que fizeram um levantamento teórico sobre a temática, uma das melhores maneiras para proteger as crianças é a literacia mediática, algo que deve envolver a autonomia digital das crianças, a partir da estimulação do senso crítico infantil. As autoras defendem que as crianças devem ser expostas “a conteúdos *online* de elevada qualidade nas suas primeiras experiências *online*” (*Ibid.*, p. 137), uma vez que assim elas desenvolvem competências para “aprender a reconhecer os componentes básicos de conteúdos e serviços apropriados e positivos” (*Ibid.*, p. 137). Para que isso ocorra, na visão das autoras, será preciso uma readequação das políticas públicas voltadas para essas questões. Do mesmo modo que será necessária a conscientização dos pais, dos educadores, da escola, das plataformas de navegação, das produtoras de conteúdo e seus canais de distribuição, pois desse modo, haverá um ambiente social propício para que haja a literacia mediática em todas as camadas da sociedade (*Ibid.*, 2020).

O diálogo que pode ser estabelecido entre as concepções a respeito da criança como um sujeito social ativo em seu contexto histórico, conforme as DCNEI (2010) e o conceito de agência presente em Weenink e Spaargaren (2016) permite inferir que a criança é um agente fundamental na mudança social, pois por meio dela é possível alcançar o entendimento do cenário social das práticas e as materialidades envolvidas nesses modos de fazer, dizer e se comportar no mundo. Logo, através delas, é possível enxergar as práticas vigentes, as transformações de práticas já existentes e a obsolescência de outros fazeres. Em especial, aplicando esses olhares ao ambiente hipermediático, em que as práticas digitais passam a compor o dia a dia simbiótico entre os universos *online* e *offline*. A criança, desde a tenra infância, já vivencia a vida a partir dos espaços intersticiais desse ecossistema de práticas digitais mediada pelos usos das tecnologias, segundo Silva (2017). Assim sendo, a criança se apropria dos recursos tecnológicos de forma muito orgânica, naturalizando o ambiente digital e suas múltiplas plataformas como afirma Amaral (2010).

Para conceituar as práticas digitais, toma-se como referência Jones, Chik e Hafner (2015). Para eles, trata-se de tudo aquilo que envolve os meios materiais e sistêmicos das tecnologias digitais, tais como: os *hardwares*, os *softwares* e os elementos semióticos do meio. Porém, para estes autores, as práticas digitais extrapolam tais fatores mecanicistas, pois elas também estão atreladas às identidades inerentes ao digital e às relações sociais estabelecidas por esse meio. Logo, “as práticas digitais sempre ultrapassam as fronteiras entre o físico e o virtual e entre os sistemas tecnológicos e os sistemas sociais”⁶ (*Ibid.*, p. 3).

A presença das crianças no ambiente digital tem sido um forte ponto de atenção para investigações que visam ao entendimento desse cenário, conforme Livinstone *et al* (2015). A pesquisa toma como base teórica os estudos baseados em práticas (EBP), em especial, as contribuições de Schatzki (2016; 2019). Para este autor, a prática funciona como uma unidade básica da vida em sociedade, podendo ser dividida em três elementos fundamentais: os entendimentos compartilhados, as regras estabelecidas e as estruturas teleoafetivas presentes no fazer humano, imbricados nas práticas, de acordo com o autor em suas obras. Por esse prisma, essa teoria pode ser considerada antropocêntrica e traz de volta a centralidade do agente humano, tendo uma conotação empírica.

Infere-se que os entendimentos estão relacionados ao *know-how*. Mas os entendimentos também estão ligados ao saber como identificar e entender as ações dos outros, como explicitam Santos e Silveira (2015). Do mesmo modo que “instigar ações desse tipo nos outros e/ou o ‘saber como’ responder a elas em determinados contextos/situações espaços temporais característicos da prática em questão” (*Ibid.*, p. 84). Para estes autores, fundamentados em Schatzki (2002), os entendimentos não pertencem aos indivíduos e sim às práticas. Esta perspectiva corresponde à dimensão das competências apontadas por Shove *et al* (2012) e Valiati (2018).

As regras, por sua vez, estão relacionadas à regulação do que pode ser feito em dada prática, pois “são codificações concisas de regularidades de ações passadas que têm uma força normativa e que podem influenciar o curso futuro das atividades, apenas porque especificam como (ou quais) as ações deveriam ser realizadas para serem tomadas como ‘corretas’” (SANTOS; SILVEIRA, 2015, p. 85). As regras direcionam as ações aceitáveis. Elas orientam o fazer e o que é tido como ético, determinando aquilo que é

⁶ No original: “Digital practices always transverse boundaries between the physical and the virtual, and between technological systems and social systems” (JONES; CHIK, HAFNER, 2015, p. 3).

certo realizar ao efetuar uma prática. As regras podem ser compreendidas como todo elemento de cunho normativo presente em uma prática, segundo Schatzki (2002).

A estrutura teleoafetiva é composta pelos fins do que se deseja alcançar, assim como os estados emocionais que as práticas carregam e proporcionam aos praticantes. Essa instância da prática tem a função de indicar as ações aceitáveis, por exemplo: chorar diante da perda de um ente querido, ou se sentir muito feliz ao passar em uma prova. Para Weenink e Spaargaren (2016), estes estados emocionais não pertencem aos agentes humanos, mas sim às práticas que carregam coletivamente esses estados.

5. Metodologia

Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa consiste em compreender as práticas digitais na primeira infância no contexto parental. Para tal, elencaram-se os seguintes objetivos específicos e operacionais: (1) Identificar os arranjos materiais e o conjunto de atividades que constituem as práticas digitais das crianças no contexto parental; (2) Analisar as relações e dinâmicas entre as tecnologias digitais/materialidades e as atividades que envolvem essas práticas; (3) Descrever e categorizar as práticas digitais das crianças no contexto parental.

A metodologia adotada para o tratamento dos dados coletados está fundamentada na Categorização Temática, presente na Análise de Conteúdo de Bardin (2016). Contudo, elencam-se como categorias de análise: (1.) A esfera material que envolve as práticas digitais infantis, de acordo com Tureta e Alcadipani (2009) e Schatzki (2019); (2.) Os entendimentos acerca das práticas digitais infantis, envolvendo as capacidades e habilidades empreendidas pelas crianças nesse processo, tendo como referência o trabalho de Shove *et al* (2012); (3.) Acordos e regras, baseados em Santos e Silveira (2015) e Schatzki (2016) estabelecidos na relação dos pais, filhos e uso das tecnologias digitais; (4.) Os significados que essas práticas digitais ganham dentro do núcleo familiar presentes em Shove *et al* (2012); e por fim, (5.) A mediação parental, baseada nos cinco perfis apontados por Livingstone e Byrne (2018): mediação ativa, mediação de segurança, mediação restritiva, mediação técnica e mediação por monitoramento. A partir do estudo aprofundado dessas cinco categorias de análise aqui especificadas, alcançou-se a compreensão das práticas digitais infantis em seu núcleo familiar, descrevendo o modo como os filhos e os pais se relacionam com as práticas digitais.

Para a execução desta pesquisa, foi preciso empregar o recurso metodológico de entrevistas semiestruturadas como estratégia para a coleta de dados, seguindo os parâmetros de Boni e Quaresma (2005) e May (2004). Com isso, foi desenvolvido, como instrumento de pesquisa, um roteiro semiestruturado para a aplicação durante as entrevistas, que permitiu a adequação das perguntas conforme às necessidades encontradas no decorrer do diálogo entre o pesquisador e os pesquisados. Como recurso técnico, foi utilizado um gravador de áudio, tendo como finalidade fazer o registro das entrevistas. O tempo total das cinco entrevistas foi de três horas e cinquenta minutos, tendo como tempo médio trinta e sete minutos e quarenta e cinco segundos.

Um ponto muito importante a ser destacado, é a confidencialidade dos núcleos familiares que aceitaram participar da pesquisa, preservando suas identidades e privacidade, conforme a resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Nº 466, de dezembro de 2012. A pesquisa contou com a participação de cinco famílias (11 participantes), todas com constituições heterogêneas, pois até quando se assemelhavam no número de integrantes, mudava a disposição dos gêneros que a compõem. Ressalta-se também que as famílias não possuem vínculos entre elas. A pesquisa se desenvolveu durante o período pandêmico de COVID-19, diante desse contexto, seguiu-se as orientações da OMS (Organização Mundial de Saúde), referentes ao distanciamento social, visando a preservação da saúde dos núcleos familiares inquiridos, assim como a saúde do pesquisador.

5. Caracterização das práticas digitais infantis

Durante o percurso trilhado para se chegar neste momento da análise, era cada vez mais notório que as práticas digitais infantis foram compostas por um conglomerado de diversas outras práticas, podendo ser consideradas, em conformidade com o olhar epistêmico empregado nesta pesquisa, como um pacote, composto por inúmeras práticas e arranjos, segundo Schatzki (2016). Desse modo, a descrição dessas práticas segue o que Bardin (2016) chama de Categorização, pois “classificar elementos em categorias impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com os outros. O que vai permitir o seu agrupamento é a parte comum existente entre eles” (*Ibid.* 2016, p. 148). Assim sendo, destrincham-se e classificam-se as práticas digitais infantis como:

Práticas tecnológicas: essas são permeadas pelos usos das tecnologias em sua dimensão sócio-material, conforme Schatzki (2019). Nela, é possível perceber que as

crianças possuem domínio das linguagens, das interfaces e dos recursos tecnológicos presentes nas socio-materialidades e em especial no *smartphone* e demais dispositivos *touchscreen*.

Práticas de entretenimento: aqui é possível compreender o quanto as crianças passaram a utilizar as tecnologias como brinquedos, pois os elementos sócio-materiais dessas práticas ganharam o sentido lúdico no cotidiano infantil. Porém, para além do mencionado, é possível enxergar que os tutores se utilizam desses recursos de entretenimento para manterem as crianças quietas, disciplinadas, domesticadas em um lugar para assim evitar serem importunados por elas e poderem também realizar seus afazeres diários. Mas os tutores apresentam isso com a justificativa de quem quer o bem do tutelado e que é para protegê-los de quaisquer possíveis flagelos ou escoriações em acidentes domésticos.

Práticas de interação: essas práticas podem ser compreendidas quando a criança utiliza os dispositivos tecnológicos para socializar, pois motivados pela partilha de conhecimento. As crianças quando veem outras com algum aparelho, por exemplo, o *smartphone*, passam a socializar, dividindo experiências como desenhos, personagens e jogos favoritos, gerando assim identificações entre aqueles indivíduos. Porém, é preciso ter ciência que da mesma forma que o uso das tecnologias pode gerar esse processo de socialização infantil, ele também pode provocar afastamento, ao passo que a criança pode utilizar a tecnologia como subterfúgio, isolando-se em seu mundo virtual intersticial.

Práticas de comunicação à distância: já são populares entre os adultos, porém com as crianças isoladas devido ao contexto da pandemia de COVID-19, se tornou uma prática cada vez mais frequente para rever familiares ou mesmo os amiguinhos da escola, sendo algo muito naturalizado entre o público infantil. Mas como recurso pedagógico não se mostrou necessariamente eficaz para a primeira infância. Salienta-se a necessidade de estudos acadêmicos que tomem a premissa das tecnologias digitais como recurso pedagógico, especialmente na modalidade de ensino remoto.

Práticas socioeducativas: é possível perceber que as PDIs são transpassadas por muitos vieses, mas o aprendizado e desenvolvimento cognitivo da criança a partir dessa interação com as tecnologias é um marco. Não se trata de afirmar que é algo positivo ou negativo. O diálogo precisa se estender para além dessas polaridades, pois é um fato social. As crianças precisam ser educadas para lidar com a esfera digital. É perceptível que os tutores procuram instruir as crianças, oferecendo conteúdo de alta qualidade e que

seja útil para seu desenvolvimento. Por exemplo, uma mãe que oferece aos seus filhos vídeos de desenhos que trazem como temática o folclore nacional. Indo além, o ato da criança estar *online* denota que ela está fazendo algo e conseqüentemente aprendendo. Devido a isto, requer atenção redobrada para uma boa literacia mediática, hipermediática.

Práticas de mediação e monitoramento: a natureza dessas práticas não surge diretamente do fazer infantil, sendo um elemento subjacente nas práticas de mediação e monitoramento. Logo, esse é o campo que tem como protagonista os tutores, pois eles têm o papel e o dever de proteger, instruir e fiscalizar o que as crianças consomem e fazem no ambiente digital. É neste grupo de práticas em que residem os acordos e os tensionamentos existentes na conjuntura da relação tríplice: crianças, tutores e tecnologias. Dessa forma, convergem as relações de poder no convívio do público infantil com seus cuidadores, mediados por um cenário cada vez mais dominado pela esfera digital da vida cotidiana. As relações de poder merecem ser aprofundadas em trabalhos futuros, observando as dinâmicas familiares diante do contexto social das tecnologias digitais.

Ao estabelecer essas seis categorias, delimitam-se as Práticas Digitais Infantis (PDIs). Com isso, se obtém os elementos-chave, que por sua vez agrupados, descrevem o pacote dessas práticas no contexto parental. Vale a pena ressaltar que estes resultados são frutos de um recorte sócio-demográfico e que não podem ser generalizados, até pela própria natureza qualitativa do trabalho. Mas que a partir dos dados presentes neste manuscrito será possível entender e estender esse objeto de estudo para outros cenários sociais, com outros recortes econômicos, culturais, raciais, de gênero e até mesmo históricos, ao passo que esta pesquisa se desenvolveu atravessada pela pandemia de COVID-19 e todo o isolamento social decorrente desse cenário. Assim, as possibilidades de estudos são muitas. Há diversas portas abertas para desdobramentos e pesquisas futuras, algumas já sinalizadas e outras que contarão com a perspicácia do leitor.

6. Considerações finais

Pode-se concluir que este trabalho acerca das práticas digitais infantis no contexto parental, alcançou os resultados esperados, pois durante toda a sua trajetória, buscou-se ter a compreensão do universo pesquisado. Logo, exprime as primeiras alegorias sobre a temática, delimitando e contextualizando o objeto de estudo, trazendo informações sobre o que é encarado como infância. Apresenta ainda uma breve conceituação histórica sobre

este sujeito social tão importante e ao mesmo tempo tão vulnerável para a sociedade, especialmente com a inserção cada vez mais precoce das crianças na cultura digital, vivenciando esse momento como nativos, residentes desta realidade factual do ecossistema hipermediático.

O trabalho contribui com as implicações teórico-metodológicas da Teoria da Prática para analisar os fenômenos comunicacionais, permitindo uma aproximação direta com as realidades empíricas experienciadas pelos agentes que compõem um dado objeto. Para este estudo, o objeto é composto pelas práticas digitais da primeira infância no contexto de mediação parental, sendo delimitado por três elementos bem definidos presentes nessas práticas: as crianças, os tutores e as tecnologias. Entretanto, a Teoria da Prática pode ser utilizada para a averiguação de outros fenômenos e objetos do campo das comunicações, desde que tenha como propósito a investigação empírica da vida social mediada pela Comunicação, avaliando as práticas que circundam um determinado acontecimento. Posto isto, chega-se à conclusão que este artigo respondeu ao seu problema de pesquisa, entendendo e descrevendo como se dão as PDIs na esfera da convivência familiar. Entretanto, durante o processo de análise outras questões surgiram, abrindo portas para o desenvolvimento de pesquisas futuras.

Recomenda-se que, a partir deste trabalho, sejam realizados estudos que foquem nas questões de gênero e na divisão de tarefas entre os tutores na educação digital das crianças. Do mesmo modo, incentiva-se a perquirir sobre as relações de poder existentes nas dinâmicas familiares. Sobre o desenvolvimento infantil, dá-se destaque à necessidade de rever os paradigmas do progresso cognitivo infantil, tendo como premissa a linguagem e o pensamento. Pois, para além desses componentes, a esfera das tecnologias digitais pode estar influenciando e fazendo parte desse processo de desenvolvimento, instigando diretamente a psiquê das crianças na relação com os artifícios tecnológicos da Cultura Digital. Visto que, por meio das falas dos participantes, foi possível constatar em seus relatos, que muitas vezes as crianças não sabiam nem falar, mas já reconheciam aparelhos, como o *smartphone*, e já sabiam pular anúncios no *YouTube* sem nem ao mesmo saber ler.

Ainda sobre as possibilidades de pesquisas futuras, evidencia-se que é preciso extrapolar as PDIs do âmbito familiar, transpondo-as para outro circuito interacional das crianças, a escola com suas inúmeras práticas pedagógicas que poderão ser atravessadas pelas práticas digitais, sendo um campo vasto de possibilidades abertas para a construção

do saber científico. Desse modo, finaliza-se o trabalho com a sensação de dever cumprido na construção do conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.
- AMARAL, C. B. **Desafio da ciberinfância: modos de composição de práticas pedagógicas utilizando artefatos tecnológicos digitais**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2017, 145p.
- ANATEL. **Panorama Setorial de Telecomunicações**: Julho/2020. Brasília: Anatel, 2020a.
- _____. **Relatório analítico do impacto da pandemia de Covid-19 no setor de telecomunicações do Brasil**. Brasília: Anatel, jul./ago., 2020b.
- _____. **Relatório de acompanhamento do setor de telecomunicações**: Serviço de Comunicação Multimídia – Banda Larga Fixa, 1º semestre 2020. Brasília: Anatel, 2020c.
- _____. **Relatório de acompanhamento do setor de telecomunicações**: Telefonia Móvel – serviço de comunicação pessoal (SMP), 2º semestre 2020. Brasília: Anatel, 2020d.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BERNAL, A. L.; DOMINGUEZ, L. R. R.; ORTA, M. J. G. Proteção dos menores no contexto digital europeu: um diálogo necessário entre pais, academia, reguladores e indústria. **Comunicação e Sociedade**, vol. 37, p. 127-146, 2020.
- BONI, V.; QUARESMA, S. J. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Em Tese, Vol. 2, nº (13), Janeiro-Julho/2005, p. 68-80
- BRASIL. DECRETO Nº 13.257, DE 8 DE MARÇO DE 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113257.htm>. Acesso em: 26 de mar. 2020.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para educação infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010.
- FRABBONI, F. A escola infantil entre a cultura da infância e a ciência pedagógica e didática. In: ZABALA, M. **Qualidade de Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1998, p. 63-92.
- FRANCISCO, D. J.; SILVA, A. P. Criança e apropriação tecnológica: um estudo de caso mediado pelo uso do computador e do tablet. **HOLOS**, vol. 6, ano 31, 2015.
- FUNDAÇÃO ABRINQ. **Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2020**. [S.I.]: [s.n.], 2020.
- HOLLOWAY, D. J.; GREEN, L.; STEVENSON, K. Digitods: Toddlers, Touch Screens and Australian Family Life. **M/C Journal**, vol. 18, n. 5, 2015.
- IBGE. **Panorama: Paraíba, população pirâmide etária**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/panorama>>. Acesso em: 12 de Ago. 2020.
- JONES, R. H.; CHIK, A. HAFNER, C. H. Introduction: discourse analysis and digital practices. In: JONES, R. H.; CHIK, A. HAFNER, C. H. (Orgs.). **Discourse and digital practices: doing discourse analysis in the digital age**. Nova Iorque: Routledge, 2015, p. 1-18.

- KENSKI, V. M. **Educação e Tecnologias: O Novo Ritmo da Informação**. Campinas: Papirus, 2007.
- LIVINGSTONE, S. **Method Guide 1: a framework for researching Global Kids Online, understanding children’s well-being and rights in the digital age**. Londres: Global Kids Online, 2016.
- _____; BYRNE, J. Parenting in the digital age: the challengers of parental responsibility in comparative perspective. In: MASCHERONE, C.; PONTE, C.; JORGE, A. (Orgs.). **Digital parenting: the challenges for families in the digital age**. Goteborg: Nordicom, 2018, p. 19-30.
- _____; MASCHERONI, G.; DREIER, M.; CHAUDRON, S.; LAGAE, K. **How parents of young children manage digital devices at home: the role of income, education and parental style**. Londres: Eu Kids Online, 2015.
- MAY, T. **Pesquisa Social**. Porto Alegre: Artemed, 2004.
- SANTAELLA, Lucia. **A ecologia pluralista da Comunicação: conectividade, mobilidade e ubiquidade**. São Paulo: Paulus, 2010.
- SANTOS, L.L.S.; SILVEIRA, R, A. Por uma epistemologia das práticas Organizacionais: A contribuição de Theodore Schatzki. **Revista Organizações e Sociedade**, v. 22, n. 72, p. 79-98, jan./mar., 2015.
- SCHATZKI, T. Practice theory as flat ontology. In: SPAARGREN, Gert; WEENINK, Don; LAMERS, Machiel (Orgs). **Practice Theory and Research: Exploring the dynamics of social life**. New York: Routledge, 2016, p. 28-42.
- _____. **Social change in a material world**. Nova Iorque: Routledge, 2019.
- _____. **The sites of the social: a philosophical account of the constitution of social life and change**. Pennsylvania: Pennsylvania State University, 2002.
- SHOVE, E.; PANTZAR, M.; WATSON, M. **The dynamics of social practice: everyday life and how it changes**. London and New York: Sage, 2012.
- SILVA, P. F. **O uso das tecnologias digitais com crianças de 7 meses a 7 anos: como as crianças estão se apropriando das tecnologias digitais na primeira infância**. Tese (Doutorado em Informática na Educação), Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017, 232p.
- SUMMERS, P.; DESOLLAR, A.; LEATHERS, H. **Toddlers on Technology: A Parents’ Guide**. Illinois: AuthorHouse, 2013.
- TURETA, C.; ALCADIPANI, R. O Objeto na Análise Organizacional: a teoria ator-rede como método de análise da participação dos não-humanos no processo organizativo. **Cadernos EBAPE**, 7(1), 51-71, 2009.
- UNICEF. **Children in a Digital World: the state of the world’s children 2017**. Nova Iorque: 2017.
- VALIATI, V. A. D. **“Você ainda está assistindo?”: o consumo audiovisual sob demanda em plataformas digitais e a articulação das práticas relacionadas à Netflix na rotina dos usuários**. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre, 2018, 278p.
- WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- WEENINK, Don; SPAARGREN, Gert. Emotional agency navigates a world of practices. In: SPAARGREN, Gert; WEENINK, Don; LAMERS, Machiel (Orgs). **Practice Theory and Research: Exploring the dynamics of social life**. New York: Routledge, 2016, p. 60-84.